



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS**  
**DEPARTAMENTO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**ANA ISABELLE GOMES TAVARES**

**ANÁLISE DO PROGRAMA MAIS INFÂNCIA: UM ESTUDO DE CASO NO  
MUNICÍPIO DE CARIDADE, ESTADO DO CEARÁ**

.

**FORTALEZA**

**2023**

ANA ISABELLE GOMES TAVARES

ANÁLISE DO PROGRAMA MAIS INFÂNCIA: UM ESTUDO DE CASO NO  
MUNICÍPIO DE CARIDADE, ESTADO DO CEARÁ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Graduação em Gestão de Políticas  
Públicas, da Universidade Federal do Ceará,  
como requisito parcial à obtenção do título de  
Bacharel em Gestão de Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Suely Salgueiro  
Chacon.

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

T228a Tavares, Ana Isabelle Gomes.  
Análise do Programa Mais Infância : um estudo de caso no município de Caridade, estado do Ceará /  
Ana Isabelle Gomes Tavares. – 2023.  
59 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências  
Agrárias, Curso de Gestão de Políticas Públicas, Fortaleza, 2023.  
Orientação: Profa. Dra. Suely Salgueiro Chacon.

1. Primeira infância. 2. Programa Mais Infância. 3. Políticas Públicas. 4. Desenvolvimento Infantil. 5.  
Fortalecimento de Vínculos Familiares. I. Título.

CDD 320.6

---

ANA ISABELLE GOMES TAVARES

ANÁLISE DO PROGRAMA MAIS INFÂNCIA: UM ESTUDO DE CASO NO  
MUNICÍPIO DE CARIDADE, ESTADO DO CEARÁ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Graduação em Gestão de Políticas  
Públicas, da Universidade Federal do Ceará,  
como requisito parcial à obtenção do título de  
Bacharel em Gestão de Políticas Públicas.

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Suely Salgueiro Chacon (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Verônica Salgueiro do Nascimento  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dra. Helena Stela Sampaio  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Aos meus pais, pelos ensinamentos de que somente pela educação seria possível realizar meus sonhos. A minha mãe, amiga fiel por toda sabedoria sempre. Ao meu namorado por todo incentivo, amor e paciência. Por de um modo geral acreditarem no meu potencial. A minha família do coração, por ter me acolhido, pelo companheirismo e apoio incondicional nos momentos mais difíceis.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por ser minha fortaleza nos momentos mais difíceis e por me ensinar sobre fé, acreditar naquilo que não posso ver, por ser refúgio e paz.

Aos meus pais, por sempre me incentivarem a valorizar a educação e saber que somente por meio dela que conseguiria realizar meus sonhos. Ao meu pai Arcelino, por ter me proporcionado a oportunidade de sempre ter um bom ensino, acreditando no meu potencial. A minha mãe Cláudia, por ser uma mulher de muita sabedoria, paciência e resiliência, amiga fiel e que sempre acreditou e confiou em mim.

Ao meu namorado Junior, pelo companheirismo, amor e paciência, por me fazer ver que eu posso e sou capaz de conseguir conquistar tudo aquilo que eu almejar, por ser colo e proteção.

A minha família do coração, Diana e Cris, que me acolheram quando mais precisei, me ensinaram sobre liberdade, independência, sobre amor também e sobre o quanto é possível ser família sem ter o mesmo sangue, por me apoiarem e acreditarem em mim.

De um modo geral aos meus avós, tios, primos, que sempre foram uma rede de apoio e acolhimento ao longo de minha trajetória.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para minha jornada acadêmica.

À professora Suely Chacon, por não ter desistido de mim, por ter acreditado no meu trabalho, me orientado e me apoiado para a conclusão deste, sendo sempre uma fonte de inspiração.

“Um bom programa de primeira infância consegue ajudar a família inteira, fazendo chegar até ela informações, boas práticas e valores essenciais, como a importância do estudo para a superação da pobreza.” (James Heckman).

## RESUMO

O presente trabalho objetivou analisar as contribuições do Programa Mais Infância na visão dos técnicos do Centro de Referência em Assistência Social e dos beneficiários, do município de Caridade, no Estado do Ceará. Para isto, buscou verificar a aplicabilidade do programa, delimitar a partir da visão dos técnicos as contribuições do programa e identificar os problemas que interferem em sua eficiência. Com a finalidade de alcançar esses objetivos efetuou-se uma revisão bibliográfica, com a utilização de livros e artigos voltados ao tema. Ademais, aplicou-se questionário para os beneficiários do programa e entrevista com os técnicos do município, a fim de obter dados necessários para analisá-los. Conclui-se que o Programa Mais Infância propõe a intersetorialidade, por meio de estratégias inovadoras e fortalecedoras de vínculos familiares, com o intuito de promover o desenvolvimento sustentável. Entretanto, é válido salientar que há a necessidade de alguns ajustes para uma melhor implementação do programa.

**Palavras-chave:** Primeira Infância; Programa Mais Infância; Políticas Públicas; Desenvolvimento Infantil; Fortalecimento de Vínculos Familiares.



## **ABSTRACT**

The present work aimed to analyze the contributions of the Mais Infância Program from the perspective of technicians from the Reference Center for Social Assistance and the beneficiaries, from the municipality of Caridade, in the State of Ceará. To this end, it sought to verify the applicability of the program, delimit the program's contributions from the technicians' perspective and identify the problems that interfere with its efficiency. In order to achieve these objectives, a bibliographical review was carried out, using books and articles focused on the topic. Furthermore, a questionnaire was administered to the program's beneficiaries and interviews were carried out with the municipality's technicians, in order to obtain the necessary data to analyze them. It is concluded that the Mais Infância Program proposes intersectorality, through innovative strategies that strengthen family ties, with the aim of promoting sustainable development. However, it is worth noting that there is a need for some adjustments to better implement the program.

**Keywords:** Early Childhood; More Childhood Program; Public policy; Child development; Strengthening Family Bonds.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Regiões de planejamento do Estado, localizando o município de Caridade na região do Sertão de Canindé.....	18
Figura 2: Localizando precisamente o município de Caridade, em parte do mapa do Estado do Ceará.....	19
Figura 3: Estrutura do Santo Antônio sem cabeça na cidade de Caridade...20	
Figura 4: Cabeça do Santo Antônio, localizada em uma casa no município.20	
Figura 5: Construção do referido Complexo religioso de Santo Antônio.....21	
Figura 6: Número total de famílias beneficiadas pelos programas de visitas domiciliares.....	38
Figura 7: Porcentagem de famílias com abastecimento de água.....	39
Figura 8: Porcentagem com a faixa etária do público visitado.....	40
Figura 9: Centro de Educação Infantil, no Distrito de Campos Belos.....	43

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CEI	Centro de Educação Infantil
CMIC	Cartão Mais Infância
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOA	Lei Orçamentária Anual
PADIN	Política de Apoio ao Desenvolvimento Infantil
PIB	Produto Interno Bruto
PNE	Plano Nacional de Educação
PSF	Programa Saúde da Família
SOP	Superintendência de Obras Públicas
SPS	Secretaria da Proteção Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UFC	Universidade Federal do Ceará

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2 PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	16
2.1 O processo de definição do tema .....	16
2.2 Definição do território .....	18
2.3 Definição da metodologia .....	21
2.4 Passo a passo da pesquisa .....	22
2.5 Plano de coleta de dados .....	25
2.6 Instrumentos de coleta de dados .....	25
2.7 Análise e interpretação de dados .....	26
<b>3 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	28
3.1 Políticas Públicas- Conceito e Ciclo .....	28
3.2 Políticas Públicas para Infância .....	30
<b>4 CARTÃO MAIS INFÂNCIA</b> .....	34
4.1 Características do CMIC como política de transferência de renda .....	34
4.2 Plataforma Analítica com os dados do município de Caridade .....	37
<b>5 CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEI)</b> .....	42
5.1 Características do CEI e o desenvolvimento das funções cognitivas .....	42
<b>6 PLANO MUNICIPAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA</b> .....	46
6.1 Plano Municipal da Primeira Infância- Conceito e Características .....	46
6.2 A proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes e Controle Social .....	48
<b>7 ANÁLISES DAS ENTREVISTAS</b> .....	51
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	54
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	56
<b>ANEXO 1- Entrevista com os técnicos do CRAS do município de Caridade</b> .....	60
<b>ANEXO 2- Questionário com alguns beneficiários do Programa Mais Infância no município de Caridade</b> .....	61

## INTRODUÇÃO

O Programa Mais Infância foi instituído em 2015, abrangendo os 184 municípios cearenses e ganhou notoriedade por sua execução, uma vez que buscava reduzir o elevado número de crianças e adolescentes que viviam em situação de pobreza no estado. Assim, criou-se a política de Apoio ao Desenvolvimento Infantil (PADIN) e junto a isso, a Secretaria da Educação teve a ideia de incorporar em um dos eixos o Mais Infância Ceará.

Composto por três pilares: o Tempo de Crescer que trata a construção de uma rede de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, através de serviços e formações especializadas que contemplem pais, o Tempo de Brincar, que foca nos benefícios das brincadeiras e da ludicidade como favorecedores do desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e promovem que estas crianças estejam integradas ao convívio familiar, favorecendo a socialização. O Tempo de Aprender, reconhece a escola como direito de todos, contribuindo, assim, para atender as metas de universalizar a oferta de pré-escola e de ampliar a disponibilidade de creches.

Com a finalidade de desenvolver a criança para promover o desenvolvimento da sociedade, o qual fala também da necessidade de assegurar a educação inclusiva, equitativa de qualidade e na produção de oportunidades é que o programa denota a fundamental relevância do cuidado com as crianças anteriormente ao seu nascimento até os primeiros anos de idade, haja vista que é nesse período que o indivíduo está em desenvolvimento.

As contribuições do programa na vida dos beneficiários vão além da ajuda financeira para a família, trazendo o fortalecimento dos vínculos familiares e o desenvolvimento integral da criança. Além disso, a aplicação do Programa tem trazido vários benefícios como o Cartão Mais Infância, criado em 2018, para garantir a gestantes, as crianças e suas famílias os direitos básicos a um desenvolvimento pleno, almejando transferido um valor mensal, ao longo de dois anos consecutivos, com possibilidade de renovação por mais 1 ano; o programa Criança Feliz, a construção de 01 Brinquedopraça e de 01 Centro de Educação Infantil. Assim, é válido ressaltar também a relevância das visitas domiciliares que aproximam os serviços públicos aos beneficiários.

A escolha de aprofundar o entendimento sobre essa política deve-se ao fato da necessidade de ampliar a compreensão sobre o Programa, uma vez que este perpassa por

inúmeros desafios, entretanto, possibilita grandes benefícios e oportunidades para fortalecer o desenvolvimento da criança em seus primeiros anos. Para mais, sabe-se que é um tema que necessita de mais abordagem, conhecimento e transmissão de informações, principalmente, em lugares menores, como é o caso do território escolhido, justificando a escolha deste tanto pela vivência quanto pelo trabalho desenvolvido em uma área que compreende a necessidade de um olhar mais sensível para a primeira infância.

Desse modo, é de suma importância analisar as contribuições do Programa no município, por meio da visão dos técnicos do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos beneficiários, avaliando sua colaboração para o fortalecimento das políticas públicas implementadas para o desenvolvimento da criança e da sociedade.

Com o objetivo de verificar a aplicabilidade deste e de seus eixos para os beneficiários, de modo a fortalecer os vínculos familiares e o desenvolvimento integral da criança, fortalecidas por meio da relevância das visitas domiciliares, as quais aproximam os serviços públicos aos beneficiários.

Para mais, delimitar a partir da visão dos técnicos as contribuições do Programa Mais Infância, uma vez que há críticas sobre o fato das informações dos beneficiários serem auto declaratórias e não condizentes, muitas vezes, com a realidade e ao desconhecimento das famílias em relação ao Programa. E, por fim, identificar os problemas que interferem em sua eficiência, a partir das informações coletadas no território estudado.

A estrutura da monografia inicia-se pela parte introdutória, a qual busca, de maneira concisa, dissertar o que será abordado nos capítulos subsequentes, introduzindo o tema e denotando sua importância.

O segundo capítulo refere-se ao percurso metodológico, em que se apresenta o desenrolar da pesquisa, a coleta de dados, os instrumentos empregues e a interpretação dos dados adquiridos.

O terceiro capítulo consiste em ampliar os assuntos mais relevantes abordados no trabalho, de modo a embasar com propriedade o que está posto, por meio de autores e especialistas no assunto.

O quarto capítulo diz respeito a um dos programas principais de transferência de renda, atendendo famílias com crianças na primeira infância em situação de vulnerabilidade, demonstrando seu funcionamento e o público abrangido.

O quinto capítulo concerne a caracterização de um dos pilares da política pública do Programa Mais Infância, que é o Tempo de Aprender, evidenciando, assim, o funcionamento de uma política pública.

O sexto capítulo compreende o Plano Municipal da Primeira Infância, o qual permite a visualização do território estudado, seus desafios e potencialidades na busca pela construção de um plano coerente para todos.

O sétimo remete-se à análise dos resultados, adquirida através do estudo, contendo os resultados dos questionários e das entrevistas, a fim de entender a relevância do Programa Mais Infância no município de Caridade.

Por fim, o último capítulo relaciona-se às considerações finais, promovendo uma rápida reflexão sobre o que foi abordado ao longo de toda pesquisa.

## **2 PERCURSO METODOLÓGICO**

Nesse tópico abordou-se o percurso metodológico da pesquisa, o qual consistiu em um estudo de caso, em que almejou-se aprofundar o conhecimento sobre o assunto deste trabalho. Para isso, fez-se necessário planejamento e organização da pesquisa.

A metodologia ao longo do estudo sofreu alterações, isso se deveu-se ao fato da temática abordada ser de grande relevância social, conseqüentemente, pode sofrer algumas alterações com o passar do tempo.

Portanto, fez-se necessário organizar e explicar esse percurso, desde a definição da metodologia até sua análise, perpassando pelo contexto da pesquisa no território escolhido, o objeto utilizado e como foi a obtenção de dados.

### **2.1 O processo de definição do tema**

A graduação no Curso de Gestão de Políticas Públicas na Universidade Federal do Ceará (UFC), permitiu-me direcionar o olhar e buscar ainda mais entendimento acerca das políticas públicas e suas implementações.

A escolha pelo curso deu-se também ao fato de conviver desde muito nova com a política, em virtude da trajetória política de meu pai, Arcelino Tavares, no município de Caridade-CE. O contato mais próximo com as causas sociais e implementações de políticas, atividades e projetos deu-se no período em que ele esteve à frente da Secretaria de Assistência Social e, logo em seguida, tornou-se gestor do município, possibilitou-me estar atenta às necessidades e à realidade local.

A temática abordada neste trabalho, isto é, a Primeira Infância, deveu-se à disciplina de Ateliê de Políticas Públicas ministrada no Curso de Gestão de Políticas Públicas, a qual despertou-me o interesse para analisar e estudar sobre essa política que já vem sendo implementada e tem bons resultados.



O campo das políticas públicas ganhou bastante notoriedade nas últimas décadas, haja vista que voltou-se para a compreensão sobre o entorno político-administrativo, popularizada no Brasil e de uso frequente pela população quando esta deparou-se com alguma problemática social.

O ciclo das políticas públicas permaneceu bastante abordado no decorrer da trajetória acadêmica por tratar-se de um processo que envolvia atores sociais públicos na elaboração das políticas públicas, a medida do poder que eles possuíam e como podiam usufruí-los para com base na problemática apresentada, organizou as ações para solucioná-la, de modo estruturado e organizado, em que almejava-se promover o bem de todos e diminuir a desigualdade social, com um projeto eficaz.

Desse modo, cada etapa do ciclo teve sua importância, que ia desde a formação de agenda, formulação da política pública, tomada de decisão, implementação da política até a avaliação, e esta para classificar-se como uma política eficaz teria que implementá-la e conseguiu proporcionar o aperfeiçoamento da colaboração dos atores.

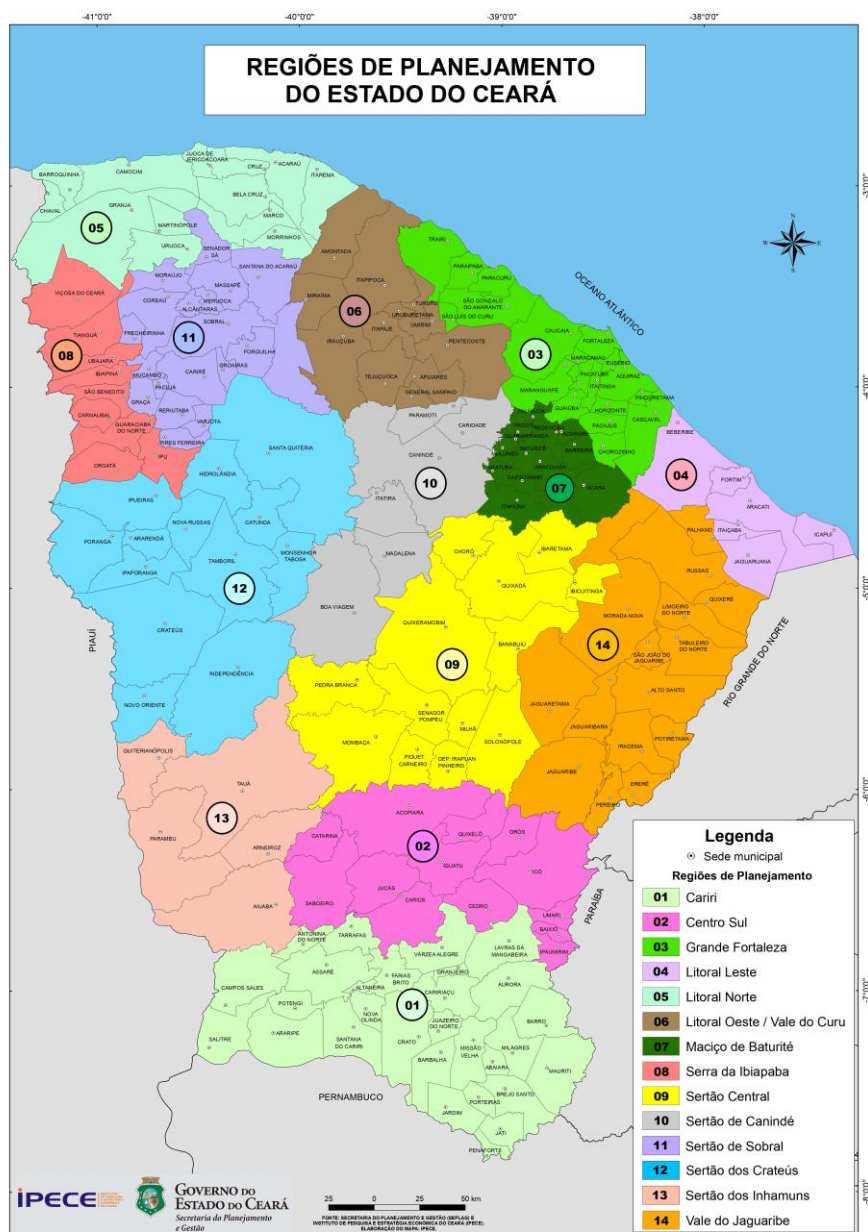
A formulação de uma política pública perpassou pela identificação de um problema público, em que o que poderia ser feito (etapa de tratamento) e o que era feito para solucionar. Assim, a política pública da primeira infância direcionou-se com base em uma interpretação e reflexão sobre a necessidade de realizar esse investimento voltado ao desenvolvimento infantil, rompeu problemas sociais, como a pobreza, violência e promoveu o desenvolvimento da criança.

Para mais, a escolha do município de Caridade deveu-se ao fato das atividades profissionais que a pesquisadora desempenhou na Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria de Esportes, cuja atividade apresentou-se essencial para ajudar no trabalho de desenvolvimento das crianças, em busca de possibilidades para fortalecer ações que tragam resultados positivos tanto para a criança quanto para a sociedade, principalmente na Primeira Infância, um período de relevante importância para o aprimoramento de habilidades futuras.

## 2.2 Definição do território

O território analisado no estudo foi o município de Caridade, um dos municípios brasileiros do estado do Ceará, marcado pelos baixos índices pluviométricos e por longos períodos de estiagem, localizado no Sertão de Canindé, no interior, o qual fica a aproximadamente 96 quilômetros distante da capital Fortaleza.

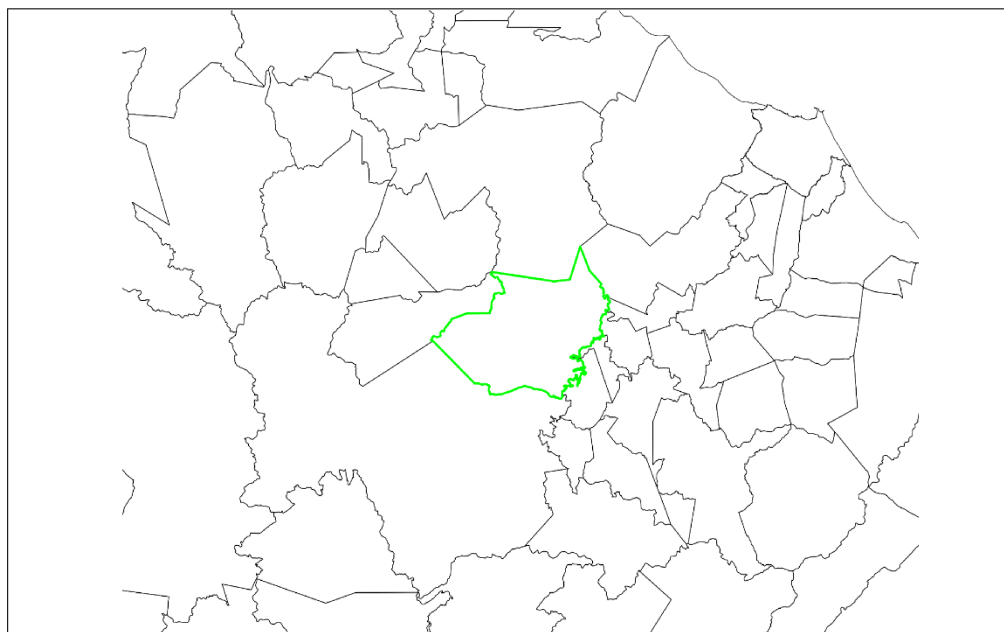
Figura 1: Regiões de planejamento do Estado, localizando o município de Caridade na região do Sertão de Canindé.



Fonte: IPECE (2018)

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no último censo, estimou-se que a população era de 16.377 pessoas em uma área territorial de 926,27 km<sup>2</sup>, a qual está marcada na cor verde no mapa abaixo, denotando que este valor não superou a expectativa do Instituto, de em 2021, essa população era pra ser de 23.011 habitantes.

Figura 2: Localizando precisamente o município de Caridade, em parte do mapa do Estado do Ceará.



Fonte: IBGE (2022)

Para mais, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal era de 0,592, em 2010, este buscou contemplar três dimensões relevantes do desenvolvimento humano: expectativa de vida e longevidade, acesso ao conhecimento e renda, para, assim, garantir as necessidades básicas.

Nesse contexto, o salário médio mensal dos trabalhadores, em 2021, era de 1,8 salários mínimos. A economia da cidade, no que se refere a geração de emprego e renda dependia bastante da administração pública, inclinou-se para agropecuária e, nos últimos anos, o comércio teve um certo crescimento, oportunizando vagas para que a população possa se ocupar e ganhar seu salário. Em 2020, de acordo com o IBGE, o Produto Interno Bruto(PIB) per capita foi de R\$7.855,74.

Além disso, o município se destacou também pela questão religiosa, em homenagem

ao Padroeiro Santo Antônio, em função de ter sido conhecida pela cidade do santo sem cabeça, uma vez que foi construído um monumento há mais de 30 anos e este nunca foi concluído. Entretanto, foi iniciada uma obra em 2022, com acompanhamento da Superintendência de Obras Públicas(SOP) do Estado do Ceará, sob a óptica de um novo projeto.

Figura 3: Estrutura do Santo Antônio sem cabeça na cidade de Caridade



Fonte: IDACE (2019)

Figura 4: Cabeça do Santo Antônio, localizada em uma casa no município.



Fonte: Diário do Nordeste (2022)

Desse modo, Caridade, com a conclusão da Estátua proporcionou a cidade receber um complexo turístico, em que, após sair da capital cearense em direção ao Serão, seria a primeira cidade da rota do turismo religioso antes de Canindé e Juazeiro do Norte.

Figura 5: Construção do referido Complexo religioso de Santo Antônio.



Fonte: Opniãoce (2022)

Ademais, é válido destacar que a localidade superou os próprios limites territoriais quando teve a história da Estátua de Santo Antônio inspirada no livro “A cabeça do Santo” de Socorro Acioli.

### **2.3 Definição da metodologia**

As políticas públicas como objeto de estudo foram contextualizadas antes de apenas definir a metodologia utilizada no trabalho, uma vez que esta foi necessária para solucionar um problema público, isto é, que afetará diretamente a vida dos cidadãos.

A compreensão sobre a relevância das políticas públicas tanto para o governo quanto para a população, no que tange a qualidade de vida, tornou-se bastante válida, pela proporção que esta atinge.

A análise das políticas públicas verificou-se necessária para compreender todas as partes que envolvem o sistema político, a partir de seus conceitos, a fim de promover a integração na busca pela sua efetivação.

O foco da pesquisa voltou-se para um estudo de um contexto social da política pública, da primeira infância, levou em questão o público analisado e os técnicos, haja vista que a visão destes foi de fundamental relevância.

Logo, a observação do programa contribuiu para responder às várias indagações que direcionaram ao estudo da temática, favorecendo, assim, ao questionamento primordial: Quais as contribuições do Programa Mais Infância na visão dos técnicos e beneficiários do CRAS no município de Caridade?

#### **2.4 Passo a passo da pesquisa**

Com a finalidade de alcançar os objetivos deste estudo, no que concerniu a forma de abordagem utilizada esta foi qualitativa, uma vez que possibilitou uma análise sobre interações cotidianas, a partir de observações, a qual contribuiu para questões sociais e a compreensão sobre a temática a ser abordada, utilizou-se da experiência, em que houve uma indagação que formou uma sentença problemática para a pesquisa. Além disso, destacou-se a relevância da ida a campo, da coleta de informações e da contextualização facilitadora dos dados, fornecendo informações concisas.

“A análise qualitativa de um objeto de investigação concretiza a possibilidade de construção de conhecimento e possui todos os requisitos e instrumentos para ser considerada e valorizada como um construto científico” (MINAYO, 2002).

Para alguns autores a pesquisa qualitativa teve grande importância no aporte com a pesquisa social, isso deu-se devido a possibilidade de gerar um olhar mais crítico sobre os problemas sociais, pensou-se, por exemplo, mecanismos que ajudaram a solucioná-los.

“Visando à modificação da percepção dos problemas e também da avaliação dos programas e serviços, a pesquisa qualitativa pretende mudar tanto a prática, quanto seus modos de gestão.” (NASSER,2008)

Para Marconi e Lakatos (2010) a abordagem qualitativa teve como ideia central a análise e explanação sobre as questões estudadas com o intuito de investigar as pesquisas e tendências de comportamento. Desta forma, destacou-se os métodos e as compreensões, visto que buscou a descrição dos dados, com a finalidade de promover o entendimento sobre o que se investiga.

Nesse sentido, classificou-se a pesquisa segundo sua meta mais ampla pôde-se dizer que se tratou de uma pesquisa exploratória, que abrangeu certo grau de flexibilidade e sua coleta de dados ocorreu de forma variada. Para GIL (2002): “As pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.”

Além disso, essa fase exploratória deveu-se ao maior contato com o objeto de estudo, os atores envolvidos, o desenrolar da política pública no município, o que favoreceu todo embasamento.

Para mais, no que diz respeito ao tipo de pesquisa segundo procedimentos técnicos, consistiu de uma pesquisa bibliográfica, uma vez que se recorreu a uma ampla variedade de materiais publicados, como livros, publicações periódicas, artigos científicos e livros diversos, constituindo parte do estudo exploratório.

Segundo GIL (2002): “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica está no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que poderia pesquisar diretamente.”

Nesse contexto, foi realizada uma coleta de dados, através de questionários, tanto para os funcionários do CRAS, por meio de entrevista semiestruturada, quanto para os beneficiários do programa, em que percebeu-se a utilização da pesquisa descritiva, haja vista que esta teve como objetivo principal a descrição, por meio da coleta de dados, como questionários sobre as particularidades de uma determinada população.

Ademais, a contribuição desse tipo de pesquisa foi fundamental na construção do estudo e permitiu a ampliação do conhecimento. A pesquisa bibliográfica para Fonseca (2002) é praticada:

[..] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA,2002, p.32).

Outrossim, valeu-se também da pesquisa documental, em que o material analisado pertenceu à organização pesquisada. Os materiais observados, a título de exemplo, foram sobretudo a Lei Nº 17.380, que instituiu a Política Pública da Primeira Infância, o Plano Municipal da Primeira Infância, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Constituição Federal de 1988.

Para mais, fez-se importante ressaltar a diferença que Gil percebeu entre as duas pesquisas:

“A pesquisa bibliográfica fundamenta-se em material elaborado por autores com o propósito específico de ser lido por públicos específicos. Já a pesquisa documental vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas, tais como assentamento, autorização, comunicação etc.” (GIL,2022, p.30)

Enfim, a técnica de pesquisa deu-se por meio de documentação direta, como entrevistas com os técnicos do CRAS e questionário com os beneficiários do programa. Além disso, também através de documentação indireta, por exemplo, livros, sites governamentais, e artigos científicos. Utilizou-se da pesquisa descritiva, tendo em vista que esta busca uma maior aproximação com a temática:

“A pesquisa exploratória (e também as descritivas e as experimentais), necessita de um controle rigoroso sobre a população a ser estudada, os instrumentos para a coleta dos dados bem como sobre a coleta e a análise dos dados a serem recolhidos.” (MARTINS JUNIOR,2015, p.76)

Dessa forma, reafirmou-se o que GIL(2008) falou sobre a pesquisa descritiva que se utilizou de técnicas como esta e era uma observação não participante. Segundo GIL(2008) a pesquisa explicativa podia ser a continuação de outra descritiva, uma vez que ao identificar o que determina um fato exigia que este estivesse descrito e detalhado. Desse modo, a pesquisa



foi de abordagem descritiva e explicativa, com base bibliográfica, a qual desenvolveu-se com base em materiais já elaborados.

Para mais, também foi realizada uma pesquisa explicativa que colaborou com o aprofundamento do conhecimento sobre a realidade, e de acordo com GIL(2008) as pesquisas descritivas e exploratórias rotineiramente eram as que os pesquisadores sociais realizavam.

## **2.5 Plano de coleta de dados**

A coleta de dados tornou-se de extrema importância para o trabalho, pois revelou os passos efetuados para o desenvolver da temática, em que seus procedimentos variaram de acordo com o tipo de investigação. Para Marconi e Lakatos (2005): “Etapa da pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta de dados previstos.

Nesse contexto, a coleta deu-se por meio de questionário tanto aos técnicos do CRAS quanto aos beneficiários do Programa Mais Infância, em que observou-se a visão deles, expressando sua opinião sobre a política pública pesquisada.

## **2.6 Instrumentos de coleta de dados**

Os instrumentos de coleta de dados utilizados possuíam o objetivo de verificar e de garantir os resultados precisos a partir da pesquisa. Além disso, a escolha do instrumento utilizado sofreu algumas alterações ao longo da pesquisa.

Nessa conjuntura, o estudo utilizou-se de instrumentos como questionário, entrevistas e exame de materiais. Para GIL (2022): “A elaboração do questionário consiste basicamente em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em questão. Não existem normas rígidas a respeito da elaboração do questionário.”

Contudo, apesar de não exigir uma norma rígida, o questionário elaborado respondeu

aos objetivos do trabalho, possibilitou mais informações sobre a pesquisa. Este, quando foi aplicado, pensou de maneira clara e objetiva sobre o direcionamento ao seu público-alvo, com linguagem simples, de maneira a facilitar e alcançar respostas necessárias, para isso, necessitou-se de um maior cuidado em sua elaboração, para também não realizar perguntas indiscretas e nem obter respostas sugestivas. No estudo em questão, utilizou-se de perguntas abertas, em que o público teve maior autonomia para expor seu pensamento e opinião sobre o assunto.

Para mais, outro método foi a entrevista, a qual buscou conhecer, através de uma conversa flexível, a opinião da população escolhida sobre a temática trabalhada. Para Marconi e Lakatos (2005): “É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.”

A entrevista realizada foi semiestruturada, baseada em um roteiro, mas que possibilitou ao longo do diálogo que novas perguntas fossem feitas e obtivessem mais dados. Nesse sentido, permitiu maior flexibilidade ao pesquisador, destacou-se também que o entrevistado também se sente mais à vontade para conversar. “O entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (MINAYO,2009).

Em suma, houve também a análise de materiais, que viabilizou, por meio de livros, artigos e documentos, o estudo e a aquisição de mais conhecimento, aperfeiçoando o trabalho.

## **2.7 Análise e interpretação de dados**

Posterior a coleta de dados, fez-se necessária sua análise e interpretação, para que se obtivesse informações a respeito da problemática, de modo a vislumbrar sua resolução. Para Marconi e Lakatos (2005): “...a análise e interpretação dos mesmos constituindo-se ambas no núcleo central da pesquisa”.

Diante do exposto, o diagnóstico deu-se com a observação de materiais existentes; da coleta de dados por meio de entrevistas aos técnicos do CRAS; e da aplicação de questionário.

Para mais, foi válido salientar a relevância da triangulação de dados, presente por meio de questionário, entrevista e revisão bibliográfica, permitindo, a troca de conhecimento entre dados de autores e a análise do que é pesquisado.

“No que tange à coleta de dados, a *Triangulação* permite que o pesquisador possa lançar mão de três técnicas ou mais com vistas a ampliar o universo informacional em torno de seu objeto de pesquisa, utilizando-se, para isso, por exemplo, do grupo focal, entrevista, aplicação de questionário, dentre outros” (BRISOLA E MARCONDES,2014).

Portanto, a observação por meio de triangulação e a metodologia buscaram encontrar a resposta para o objetivo geral deste estudo.

### **3 REFERENCIAL TEÓRICO**

O Programa Mais Infância em sua análise permite que seja feita uma abordagem explicativa sobre o conceito de uma política pública, de seu surgimento e de como se dá a elaboração desta, ou seja, o ciclo de políticas públicas. Ademais, é válido salientar que dentro desta política há um enfoque voltado para uma temática de grande relevância que é a infância. Nesse contexto, o presente tópico aborda dois subtópicos que contemplam essa discussão teórica.

#### **3.1 Políticas Públicas – Conceito e Ciclo**

No contexto das políticas públicas como área do conhecimento remete a necessidade de compreender um pouco mais sobre suas perspectivas, desdobramentos e origem. Desse modo, vale ressaltar que o nascimento da política pública ocorreu nos Estados Unidos, em um período de instabilidades, fazendo desta uma ferramenta de decisões do governo após a Guerra Fria.

De acordo com Souza (2006, p.20-45) “a introdução da política pública como ferramenta das decisões do governo é produto da Guerra Fria e da valorização da tecnocracia como forma de enfrentar suas consequências.”

A guerra entre Estados Unidos e União Soviética demonstrou a polarização do mundo em dois grandes blocos, em que de um lado havia o capitalismo e do outro o comunismo, com um sistema tecnocrático sendo altamente destacado, em que os técnicos deteriam o controle sobre os meios de produção e superariam o poder político, comprovando o que foi dito anteriormente, a necessidade do governo em pensar na criação de uma política que solucionasse o problema público formado.

Ademais, perpassando por esse contexto introdutório do surgimento das políticas públicas faz-se importante embasar o que de fato é a política pública. Para Peters(1986) apud SOUZA: “política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos.”

Nesse sentido, a natureza da política pública tem uma relação bastante evidente do indivíduo com a sociedade, de um determinado lugar, com contato direto com os governos, em que se identifica um problema e mais informações sobre ele precisam ser apresentadas, uma

vez que este tende a afetar e a repercutir em vários setores da política e economia, ou seja, em campos multidisciplinares.

“As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade.” (SOUZA, 2006, p.20-45)

Para mais, o processo de elaboração de uma política pública ou ciclo de políticas públicas busca identificar o problema, formar agenda, formação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção, em que este, apesar de apresentar cada uma de suas sete fases bem definidas, muitas vezes, acaba tendo essa ordem invertida, o que não está errado, haja vista que a política pública está em constante alternância em suas decisões e revisões.

Nesse sentido, Secchi (2019, p.56) afirma a relevância do ciclo de políticas públicas:

O ciclo de políticas públicas tem uma grande utilidade: ajuda a organizar as ideias, faz que a complexidade de uma política pública seja simplificada e ajuda políticos, administradores e pesquisadores a criar um referencial comparativo para os casos heterogêneos.

Dentre os pontos principais do ciclo das políticas públicas é válido salientar a identificação do problema, isso porque este está muito relacionado com a estrutura social e com as situações que acontecem nessa realidade, isto é, tem vínculo com a caracterização de um problema, uma vez que este pode ser percebido através de situações repentinas, de um problema público que já existia, mas algum fator o colocou em evidência, ou pode ser algo que precise ser melhorado, diversas formas podem ser visualizadas para identificação do problema.

Ademais, é a delimitação do problema que busca ser o mais objetivo em sua síntese. De acordo com Secchi (2019, p.57):

No momento da delimitação de um problema, também são criados os norteadores para as definições do conjunto de causas, soluções, culpados, obstáculos, avaliações. Exatamente por isso a delimitação de um problema público é politicamente crucial no processo de elaboração de uma política pública.

O processo do ciclo e seus estágios evidenciam um processo variável e de instrução, com destaque para a agenda, que reúne justamente os problemas que foram identificados, que algo precisa ser feito para resolvê-los, o que afeta nessa agenda. A consciência coletiva, por

exemplo, é uma construção de um entendimento sobre uma problemática, que, posteriormente, buscará a resolução desta e estará na agenda.

Para mais, os participantes detêm um poder de colaboração que vai desde a definição da agenda até as alternativas para esta, comprovando que existem múltiplas agendas, com temáticas que ainda precisam de uma intervenção política e outras que já tem uma intervenção por parte do poder público que decidiu enfrentá-los.

Isso pode ser confirmado, por exemplo, pelo que Souza (2016, p.20-45) diz:

Esta abordagem enfatiza sobretudo a definição de agenda (*agenda setting*) e pergunta por que algumas questões entram na agenda política, enquanto outras são ignoradas. Algumas vertentes do ciclo da política pública focalizam mais os participantes do processo decisório, e outras, o processo de formulação da política pública. Cada participante e cada processo podem atuar como um incentivo ou como um ponto de veto.

A avaliação da política pública conjuga um aparato geral sobre as observações que puderam ser feitas anteriormente e culminaram na compreensão sobre as melhorias de algumas problemáticas que atravessaram o debate público, em que critérios foram definidos pra servir como fundamento para critérios e julgamentos dentro do processo.

Portanto, pode-se inferir que dentro desse ciclo, a identificação do problema, o sistema político, a sociedade e as instituições são importantes para a compreensão do que está posto, sobre como se dá o desenho da política pública, o que pode vir a acontecer em relação aos conflitos entre grupos ou instituições, mas que estão interligados no processo decisório e que serão afetados.

Demonstrando, assim, como esse processo se faz bastante válido no estudo, principalmente da temática desse trabalho, para que possamos comprovar de fato, o que foi feito na prática, o desenho da política pública voltada para a infância.

### **3.2 Políticas Públicas para Infância**

Nesse sentido, pensar políticas públicas para a infância, principalmente nos primeiros anos de vida tem por foco melhorar a qualidade de vida das famílias e garantir uma melhor atenção às crianças, buscando garantir a efetividade de seus direitos, assegurando-os, haja vista

a grande importância de favorecer o desenvolvimento cognitivo da criança, uma vez que esta é a fase responsável pelo desenvolvimento físico, mental e emocional.

Ao longo da história, a concepção das crianças e do período da infância não era vista como atualmente e nem dava sinais de proximidade com todos os direitos, deveres e garantias que estas possuem. A mortalidade infantil, por exemplo, era muito alta naquele período até as proximidades do século XII as condições de higiene eram precárias, sem falar que as crianças sofriam com o descaso por parte de seus pais e até uma certa idade não possuíam identidade própria.

“Pode-se apresentar um argumento contundente para demonstrar que a suposta indiferença com relação à infância nos períodos medieval e moderno resultou em uma postura insensível com relação à criação de filhos. Os bebês abaixo de 2 anos, em particular, sofriam de descaso assustador, com os pais considerando pouco aconselhável investir muito tempo ou esforço em um “pobre animal suspirante”, que tinha tantas probabilidades de morrer com pouca idade.” (HEYWOOD, 2004, p.87)

Nesse contexto, o conceito de infância teve que esperar alguns séculos para só então começar a perceber a mudança de visão em torno desse assunto.

“A “descoberta” da infância teria de esperar pelos séculos XV, XVI e XVII, quando então se reconheceria que as crianças precisavam de tratamento especial, “uma espécie de quarentena”, antes que pudessem integrar o mundo dos adultos” (HEYWOOD, 2004, p.23).

Essa “quarentena” mencionada seria a escola, com seu papel formador, que, por meio da aprendizagem, em que os pais se motivaram a acompanhar o ensino dos filhos.

A busca pela defesa dos direitos das crianças começa a ser tratado como um assunto relevante a partir do século XX, com a ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), em 1989, em que a criança passa a ser um sujeito com voz e com ação relevante para sua vida e também destaca o papel relevante da família para isto. E a CDC reconhecia que:

a criança para o desenvolvimento pleno e harmonioso de sua personalidade, deve crescer em um ambiente familiar em clima de felicidade, amor e compreensão[...] a família, unidade fundamental da sociedade e meio natural para o crescimento e bem-estar de todos os seus membros e, em particular das crianças deve receber a proteção e assistência necessárias para que possa assumir plenamente suas responsabilidades na comunidade (Brasil,1990).

O avanço sobre a discussão voltada aos direitos humanos demonstra a força que essa temática ganhou no contexto internacional, buscando a proteção das crianças, como é o caso, por exemplo, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

De acordo com Lins, Heloísa A. Matos apud Fernandes e Trevisan(2018):

Propõem que os direitos de participação das crianças podem e devem encontrar nos processos de pesquisa que desenvolvemos um lócus privilegiado, contribuindo para a afirmação das crianças no espaço público, enquanto agentes sociais politicamente competentes.

Desse modo, dentro do contexto de identificação de problemas na sociedade, e, voltados à infância, tomando por base o referido estudo, percebe-se a necessidade de proporcionar as crianças serem sujeitos de direitos, para que estas possam se tornar de fato atores da mudança.

A desigualdade, fome e a situação de pobreza e vulnerabilidade a que milhares de crianças estão expostas é que faz com que esse tema ganhe espaço na sociedade para ser discutido e debatido, de modo a ser promovido como política pública, haja vista tratar-se de uma situação social preocupante.

Com a contemporaneidade, percepções e visões começaram a mudar de fato o pensamento antes implementado sobre o conceito de infância, o que foi e ainda é de extrema relevância, haja vista que a compreensão desse processo de transformação já é por si só um grande feito para os dias atuais e para o que virá.

No Brasil, a criança como sujeito de direitos passou por um caminho árduo, no início, com o Código de Menores, as crianças eram vistas como objeto e abrangia menores em situação irregular. Contudo, a Constituição Federal de 1988 modificou essa concepção.

Na década de 90, com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as crianças e adolescentes eram tratados como pauta relevante dos movimentos sociais em defesa de que estes eram sujeitos de direito e mereciam acesso à proteção e à cidadania.

Além disso, destacar a responsabilidade na busca pelos direitos da criança e do adolescente é um dever coletivo, que envolve comunidades, sociedade, pais, Poder Público, dentre outros e reforça a relevância dessa temática.



Art 4º. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL,1990, n.p.).

Desse modo, com a consciência sobre a necessidade de vislumbrar e efetivar a garantia dos direitos das crianças foram criadas várias políticas e programas que almejavam acrescer as disposições indispensáveis para a prática da cidadania das crianças, que passaram a abranger um espaço de notoriedade.

Nessa conjuntura, de pensar políticas públicas e voltadas a primeira infância, é que o governo do Estado do Ceará, mudou o olhar sobre as crianças e entendeu que para o trabalho de crescer e de desenvolver de maneira humanitária no estado de fato acontecer, seria necessário voltar o olhar para essa fase inicial, e, assim, surge, então, a construção do Programa Mais Infância, objeto de estudo do referido trabalho.

Logo, diversos aparatos são construídos para fortalecer os direitos das crianças e reconhece-los enquanto sujeitos de direitos humanos, como as políticas públicas estaduais, Estatuto da Criança e do Adolescente(ECA), Marco Legal da Primeira Infância, Plano Municipal da Primeira Infância e a própria Constituição Federal.

Por fim, foi possível identificar o que de fato praticou-se para a elaboração do desenho da política e como ela se deu na prática, perpassando pela compreensão da infância e da necessidade de buscar a garantia dos direitos das crianças, a fim de promover as práticas de cidadania e reduzir as desigualdades, por exemplo, através de um auxílio na renda das famílias, como é o caso do Cartão Mais Infância (CMIC), que é objeto desse trabalho de pesquisa.

## **4 CARTÃO MAIS INFÂNCIA**

A identificação da vulnerabilidade das famílias com crianças na primeira infância e a sensibilidade na busca de viabilizar recursos para a mudança dessa realidade, surge o Cartão Mais Infância, que não trata-se apenas de uma transferência de renda, mas de um programa que busca um planejamento estratégico e intersetorial, na forma da lei, permitindo, a título de exemplificação, o monitoramento de indicadores, por meio do Big Data Social.

### **4.1 Características do CMIC como política de transferência de renda**

O Programa Mais Infância Ceará foi criado em 2015 com o intuito de priorizar o desenvolvimento infantil, um dos marcos do Programa foi a implementação do Cartão Mais Infância criado em 2018, para garantir a gestantes, as crianças e suas famílias os direitos básicos a um desenvolvimento pleno, almejando auxiliar na renda das famílias que se encaixassem no perfil de vulnerabilidade, sendo transferido um valor mensal, ao longo de dois anos consecutivos, com possibilidade de renovação por mais 1 ano.

Para mais, trata-se de uma política baseada em evidências, com visão, missão e público-alvo, com intersetorialidade em busca da equidade, a fim de gerar e promover possibilidades para o desenvolvimento integral da criança.

A intersetorialidade, por exemplo, é um princípio do Programa que propicia que as ações sejam propostas, coordenadas e posteriormente executadas de modo a consolidar o diálogo entre os setores e os municípios, fortalecendo vínculos em benefício às crianças.

A Lei nº 17.380, 05 de janeiro de 2021 consolida e atualiza a legislação do Programa Mais Infância Ceará, para superação da extrema pobreza e a promoção do desenvolvimento infantil, possibilitando a participação de agentes sociais comunitários para contribuir com a implementação do Cartão Mais Infância (CMIC).

Ademais, outro ponto que é de grande relevância para é o Marco Legal da Primeira Infância no Ceará, através da Lei nº 13.257 dispõe sobre as políticas públicas para a Primeira

Infância, em que o Programa passa a ser uma política pública permanente, a qual reforça a conquista de direito das crianças e assegura a continuidade das ações e projetos.

A Constituição Federal de 1988, por exemplo, no Artigo 227, assegura que investir nas crianças, principalmente na primeira infância é dever do Estado e está assegurado na lei:

“dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.  
(BRASIL,1988, Art.227)

Em 2022, de acordo com dados da Secretaria de Proteção Social (SPS), mais de 150.000 famílias foram contempladas com o Cartão Mais Infância Ceará (CMIC), um investimento de mais de R\$424 milhões de reais, que se refere a um programa de transferência de renda, atendendo famílias com crianças na primeira infância em situação de vulnerabilidade, sendo um dos critérios exigidos.

Além disso, o outro critério é de que as crianças na primeira infância recebam Bolsa Família e encontrassem em situação de extrema pobreza, com renda per capita de R\$89,00. Sendo assim, a seguir esses critérios, o valor recebido através do CMIC é de R\$100,00, recurso esse destinado para tentar romper com o ciclo da pobreza e diminuir a desigualdade social, almejando o desenvolvimento de crianças de 0 a 6 anos.

Executado pela SPS, de 2017 a 2022, foi realizado um investimento de mais de 424 milhões de reais no Cartão Mais Infância, sendo de extrema relevância para tentar modificar a realidade de muitas famílias cearenses com suas crianças que estão expostas as dificuldades sociais.

Desse modo, a redução da desigualdade e a promoção da sustentabilidade socioeconômica tem por intuito maior que o serviço junto a crianças, famílias e comunidades em situação de vulnerabilidade social seja aplicado com qualidade, alcançando os fundamentos do Serviço de Proteção Social Básica.

A taxa de cobertura das famílias atendidas pelo CMIC, com acesso a esse programa,

garante que direitos fundamentais sejam estabelecidos, como o direito à vida, à saúde, à educação, à infância, ao lazer, dentre vários outros. Conforme está assegurado no Artigo 6º da Constituição Federal:

“São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (BRASIL,1988, Art.6).

Para mais, utiliza-se o princípio da equidade para identificar as carências e atenuar os impactos das diferenças, de modo a diminuir as desigualdades e buscar promover o desenvolvimento da primeira infância, expandindo-se para obter um rompimento desse ciclo de miséria e pobreza em todo o Estado.

A Secretaria de Proteção Social (SPS), estabelece uma estruturação bastante organizada quanto a análise da primeira infância nos 184 municípios, devendo-se a sua constituição que é formada pela coordenação, em que promove o atendimento às famílias e depois articulam-se com as demais secretarias em busca de chegarem a uma solução para as demandas encontradas, a fim de contemplar o público com melhorias para as problemáticas apresentadas.

Ademais, é válido destacar que a Secretaria, por meio de seu site, possibilita a consulta de técnicos do CRAS sobre a listagem de beneficiários. É importante destacar que o Estado é o responsável por encaminhar a relação para o município, com o nome dos favorecidos selecionados pelo banco de dados do Cadastro Único, o qual permite analisar o perfil do beneficiário, sua renda, escolaridade, dentre outros, e, assim, determinar se irá conceder o benefício, a depender se estiver dentro dos critérios exigidos.

Para mais, acompanhar o andamento do programa é uma medida bastante necessária para se ter um panorama geral, para isso, utilizam-se de um Sistema de Monitoramento da SPS, que se trata de um banco de dados alimentados pelos Agentes Sociais Mais Infância.

Nesse contexto, o agente social tem seu papel relevante, pois é esse quem tem um contato mais próximo com as famílias, realizando questionário, visitas e levando informações de extrema relevância, como saúde, educação, escolaridade, gravidez, moradia, trabalho, renda e assistência social, em que se dá através da parceria com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Assim, o monitoramento de uma política pública necessita de indicadores para avaliar ações e preservar o cerne do programa. Por isso, o carecimento do Agente Social Mais Infância, que, por meio de sua coleta de informações, alimenta o banco de dados do Big Data Social. Além disso, sua importância se dá também pela maneira como apoia e articula as famílias do CMIC, o suporte que é dado, o cuidado e o acesso às políticas públicas.

Os Gestores municipais também têm seu envolvimento e devem participar tanto de reuniões quanto pensar estratégias para seu município, para isso são apresentados a Plataforma Big Data Social, mostrando as problematizadas presentes, a fim de que sejam traçadas políticas públicas de qualidade.

#### **4.2 Plataforma Analítica com os dados do município de Caridade**

O Big Data Social relaciona-se a uma plataforma analítica e transparente que alimenta os dados para a Proteção Social do Estado. Este possibilita também uma proximidade entre governo e cidadão, haja vista que qualquer pessoa pode acessar o site e obter indicadores sobre os municípios cearenses, proporcionando a política de informações abertas.

Ademais, permite a análise dos indicadores referente às famílias do Cartão Mais Infância em tempo real, ampliando a tomada de decisão baseada em evidências, a fim de implementar uma gestão de qualidade para com a política pública em foco, com base em dados.

O Decreto Estadual nº. 34.117, 24 de junho de 2021, trata-se de uma alteração do Decreto de nº33.905, que apresenta sobre o Cartão Mais Infância, a fim de assegurar a garantia da segurança alimentar e nutricional das crianças, com o intuito de favorecer o desenvolvimento infantil em famílias vulneráveis, em situação de extrema pobreza. É válido destacar que para que se cumpra o que está na lei, faz-se necessários algumas condições para os beneficiários, por exemplo, estar com a caderneta de vacinação da criança atualizada e o Cadastro Único também, além de participar de atividades voltadas para a família no CRAS e CREAS, dentre outros.

Nessa conjuntura, a exigência por critérios permite a seleção daqueles que realmente se encaixam no perfil para tornarem-se beneficiários e propicia uma cultura de educação e

responsabilidade por parte das famílias, para que elas tenham consciência de seu papel para o desenvolvimento da criança e os serviços fundamentais e indispensáveis aos quais elas têm direito.

No município de Caridade, de acordo com o site do Big Data Social, em 2021, o número de famílias beneficiadas pelo Cartão Mais Infância correspondia a 339 famílias, vivendo em domicílios com duas características principais: taipa revestida e taipa não revestida.

Figura 6: Número total de famílias beneficiadas pelos programas de visitas domiciliares.

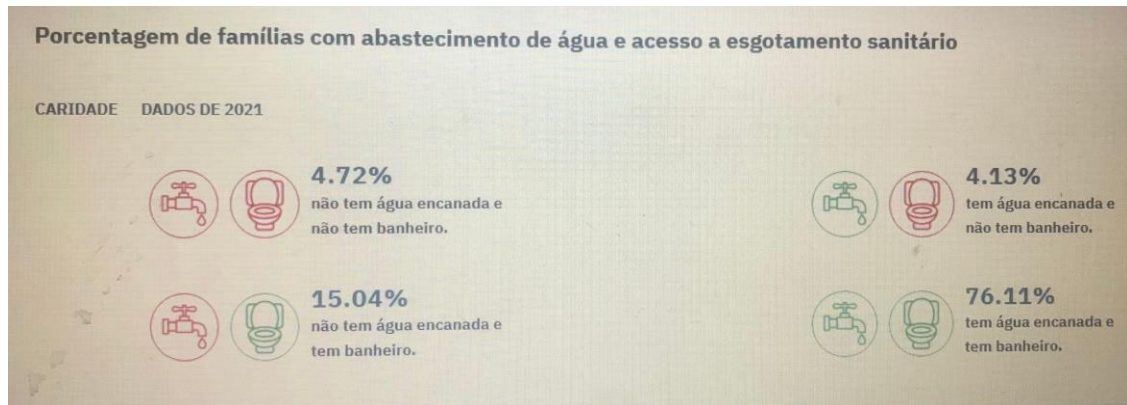


Fonte: Big Data Social (2021)

Para mais, da porcentagem de famílias analisadas, 4,72% não tem água encanada e não tem banheiro; 4,13% têm água encanada e não tem banheiro; 15,04% não tem água

encanada e tem banheiro; 76,11% têm água encanada e tem banheiro. Dessa forma, explorar mais sobre esses índices de famílias que ainda não têm água ou banheiro, por exemplo, denota um assunto preocupante e de bastante relevância, que é a falta de saneamento básico, propiciando riscos à saúde da população.

Figura 7: Porcentagem de famílias com abastecimento de água



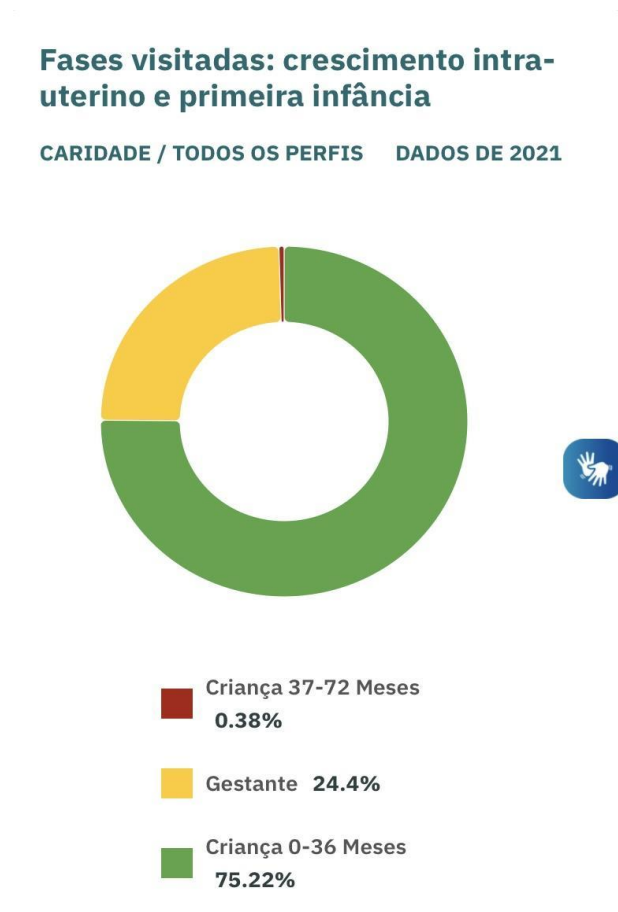
Fonte: Big Data Social (2021)

Nesse cenário, nota-se a situação clara de vulnerabilidade na qual muitas famílias ainda estão inseridas, encontrando-se, em alguns casos, em situação de extrema pobreza, impactando diretamente na qualidade de vida e no desenvolvimento de suas crianças, o que é alarmante.

Outrossim, há ainda outros dados a serem apreciados, porém, vale destacar que os mencionados anteriormente são possíveis devido aos questionários aplicados pelos Agentes Mais Infância, que captam informações sobre a família, como as condições de moradia, assistência social, trabalho e renda.

Dando continuidade aos dados obtidos, o gênero dos(as) responsáveis familiares cadastrados(as) no programa Cartão Mais Infância, revelou que 9,24 em cada 10 responsáveis são mulheres e que no programa de visitas domiciliares, 791 famílias beneficiadas foram visitadas, gerando um total de 28.552 visitas. E destas, em relação ao público de crianças atendidas, 0,38% são crianças de 37 a 72 meses; 24,4% eram gestantes; e 75,22% crianças entre 0 e 36 meses.

Figura 8: Porcentagem com a faixa etária do público visitado



Fonte: Big Data Social (2021)

Desse modo, essa coleta de dados permite a identificação de necessidades a serem trabalhadas, em busca de mudar a realidade não só das famílias caridadenses, mas as de todo estado, que se encontram em situações de vulnerabilidade social, expostas a dificuldades e, algumas vezes, à garantia de seus direitos.

Destarte, esse programa também traz a integração com outras políticas permitindo, assim, o acesso preferencialmente aos programas financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza nas áreas de habitação, segurança alimentar, saúde, educação e inclusão produtiva.

Portanto, por intermédio dos indicadores apresentados, comprovou-se a situação das crianças na primeira infância expostas a pobreza e a vulnerabilidade social e o quanto foi importante por parte do programa buscar identificar o problema, reduzir as diferenças e



promover o desenvolvimento, o que é de fundamental importância, tendo em vista os impactos provocados na área educacional, já que esta é tão relevante no que diz respeito a redução da pobreza. Para isto, é discutido a seguir o direito de todos ao acesso a um espaço pedagógico, como o CEI.

## **5 CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEI)**

O fortalecimento dado a educação infantil faz-se bastante válida, uma vez que esse período da primeira infância é a etapa inicial da educação básica, responsável pelo desenvolvimento cognitivo. Assim, voltando um olhar cuidadoso e atencioso a fim de fortalecer um dos pilares do Programa criou-se o CEI.

### **5.1 Características do CEI e o desenvolvimento das funções cognitivas**

O Centro de Educação Infantil (CEI) faz parte um dos pilares do Programa Mais Infância que é o Tempo de Aprender, o qual foi desenvolvido para complementar projetos que fortaleçam a educação infantil no estado, tendo em vista que relaciona-se com um momento no qual a criança inicia sua primeira etapa na educação básica, por exemplo, propiciando a formação de gestores voltados a esse público, melhorando os parâmetros da educação e propiciando um espaço integrado e facilitador de oportunidades na aprendizagem das crianças.

“A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (LDB,2017).

Outrossim, de acordo com o Artigo 208 da Constituição Federal: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade”.

A estrutura do CEI conta com espaços pedagógicos, recepção, quatro salas, laboratório de informática, espaço para as crianças brincarem, cozinha, refeitório, dormitório e fraldário. É válido destacar que o espaço ofertado deve sempre buscar acolher, pois, assim, a implementação dos projetos educativos é facilitada e torna-se possível ver a interação e a construção de um espaço de representatividade.

“Na Constituição Federal de 1988, a educação das crianças de 0 a 6 anos, concebida, muitas vezes, como amparo e assistência, passou a figurar como direito do cidadão e dever do Estado, numa perspectiva educacional, em resposta aos movimentos sociais em defesa dos direitos das crianças” (PNE,2006).

Figura 9: Centro de Educação Infantil, no Distrito de Campos Belos



Fonte: Prefeitura Municipal de Caridade (2022)

O objetivo é melhorar a qualidade da educação, a fim de que as crianças tenham acesso a um ambiente confortável, interativo e capaz de fortalecer o seu desenvolvimento, haja vista que esse é um período que requer atenção e cuidado, por ser responsável por diversos fatores na vida adulta futuramente, desta que hoje é criança.

“O investimento para o desenvolvimento e a aprendizagem durante a primeira infância traz um retorno maior para a sociedade do que investimentos em qualquer outra etapa da vida”  
(Comitê Científico do Núcleo Pela Infância, 2014).

Para mais, é necessário destacar que a primeira infância vista por esse pilar do Programa, reflete sobre uma questão de extrema relevância que é entender de fato o conceito da Primeira Infância, o qual pode ser definido como o período de 0 a 6 anos, esse é o momento de desenvolvimento da criança e de suas funções cognitivas, por isso a necessidade de proporcionar melhores condições, a fim de que atinja suas potencialidades.

De acordo com Heckman, Prêmio Nobel de Economia em 2000, com mais de quarenta anos pesquisando sobre a primeira infância, destaca-se que para se ter uma sociedade mais igualitária e justa, faz-se necessário um investimento na qualidade dos primeiros anos de vida. Para ele: “A maior taxa de retorno do desenvolvimento na primeira infância ocorre quando se investe o mais cedo possível, desde o nascimento até os cinco anos de idade, em famílias

carentes.” (HECKMAN)

Inclusive, no que se refere aos autores que falaram sobre Primeira Infância, destaca-se Piaget, que vem abordar sobre a Psicologia do desenvolvimento infantil, identificando através do comportamento da criança, um direcionamento sobre como oferecer estímulos para seu desenvolvimento, vale destacar a importância do conhecimento, da experiência e da assimilação, sendo estas duas últimas correlacionadas, em busca de desenvolvimento cognitivo voltado ao equilíbrio.

A distinção realizada por ele entre os quatro grandes períodos das estruturas cognitivas são o de inteligência sensório-motora, o estágio da inteligência simbólica ou pré-operatória, estágio da inteligência operatória concreta e o estágio da inteligência formal, o que pode ser entendido como a busca pelo equilíbrio, em que esses estágios são a construção do mundo da criança.

Ademais, para ele, a interação é o principal elemento estimulador do desenvolvimento intelectual, em que o conhecimento se desenvolve a partir dessa ação, tornando possível que relações de cooperação sejam aplicadas, com o intuito de favorecer o desenvolvimento cognitivo.

Retomando a questão estrutural do CEI, depreende-se que a gestão fica a cargo das prefeituras, o governo executa a obra dos espaços, faz sua parte para garantir esse desenvolvimento, mas o município entrega sua contrapartida com funcionários capacitados e passa a ser sua função gerir, cuidar e manter aquele prédio.

Desse modo, em relação ao regime de colaboração entre estados e municípios vale destacar que a gestão democrática é relevante pois garante:

“Autonomia e parceria como base para a relação Estado e municípios, sendo a qualidade com equidade dos processos e resultados educacionais o objetivo comum para os entes, pautados por projetos pactuados, avaliados continuamente e publicizados” (Parâmetros para a promoção da qualidade e equidade da educação infantil cearense,2021).

Nesse contexto, apresentar o CEI é confirmar que este pilar é um dos exemplos do Programa implementados no território abordado neste estudo. Em Caridade, por exemplo, este localiza-se no Distrito de Campos Belo, atende 167 crianças de 1 a 3 anos, não contemplando exatamente a faixa etária a qual o programa corresponde, isso se deve ao fato de que o espaço

não comporta atender a todos, pois só tem duas salas.

Além disso, vale ressaltar que eles também não têm fraldário em função de não funcionarem em tempo integral. Contudo, é importante salientar que as atividades pedagógicas estão de acordo com as formações ministradas e repassadas pela Secretaria de Educação do município.

Desse modo, pode-se inferir que nem sempre o programa funciona da maneira correta como é posto e é sempre a partir de situações como esta que se faz necessário uma identificação do problema para depois se encontrar soluções viáveis e efetivas para resolvê-lo.

Assim, por tratar-se de uma parceria entre governo e município, neste caso, após receber o equipamento, passa a ser de responsabilidade da prefeitura local ministrar a resolução desses problemas, pois uma de suas funções como está descrito no programa é gerir este local.

Ademais, para além da estrutura do equipamento, conclui-se que fortalecer a execução de políticas com o fito de assegurar os direitos das crianças e fortalece-los, almejando investir em seu desenvolvimento é de extrema relevância, por isso também será abordado sobre o Plano Municipal da Primeira Infância como uma fonte de cooperação entre os entes.

## **6 PLANO MUNICIPAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA**

A busca da garantia dos direitos das crianças por meio de um plano de caráter governamental evidencia a responsabilidade dos atores sociais e a necessidade do compromisso efetivo para a execução das políticas públicas, o Plano Municipal da Primeira Infância tem por objetivo essa busca, por meio também da cooperação entre estado e municípios, por intermédio dos órgãos de defesa voltados à primeira infância.

### **6.1 Plano Municipal da Primeira Infância- Conceito e Características**

O Plano Municipal da Primeira Infância foi elaborado em 2022, com vigência de 10 anos, indo até 2032. O objetivo deste é garantir o planejamento e a execução de políticas públicas voltadas para assegurar os direitos das crianças na primeira infância, que vai de 0 a 6 anos, incluindo também os cuidados voltados às gestantes.

Nesse contexto, é válido salientar que a elaboração desse plano municipal, é de fundamental importância para assegurar a cooperação entre estado e municípios, de modo a compreender a realidade e as necessidades das crianças na fase da primeira infância. Ademais, essa colaboração dá-se em parceria também com as visitadoras do Programa Criança Feliz, com a Assistência Social e em parceria com outras secretarias, conseguindo, assim, colaborar com dados que façam um panorama geral da atual situação, para que com estes seja possível trabalhar em cima da construção de um diagnóstico da primeira infância, com análise dos desafios e elaborando estratégias para superá-los.

A construção do plano contou com auxílio da equipe técnica do Governo da Secretaria de Proteção Social e para a sua elaboração foi necessário debruçar-se sobre o Plano Nacional da Primeira Infância, a fim de conseguir sua implementação.

O Plano Nacional é composto por várias dimensões, no qual se apresenta a vida do indivíduo dos 0 aos 6 anos e se visualiza um Plano composto com características internas e externas com especificidades de cada município.

As características externas que envolvem abrangência, ou seja, deve contemplar os direitos básicos já conhecidos das crianças de 0 a 6 anos, mas devem expandi-los, a fim de buscar participação da sociedade, favorecer a convivência familiar e comunitária e o direito à

cultura já na primeira infância, estes são alguns exemplos dentre vários outros. Além disso, é fundamental que a participação na elaboração do plano tenha o maior número de sujeitos e instituições governamentais.

Nesse sentido, por tratar-se de um plano de Estado, este passará por aprovação do Poder Legislativo, sendo assim, faz-se necessário o apoio e envolvimento da sociedade nessa pauta do plano, com a finalidade de que este possa ser construído e aprovado com base na realidade social.

O prazo de validade do plano, por ser prolongado exige ainda mais dos gestores o compromisso de estarem atentos e, sempre que necessário, irem remodelando o plano conforme as necessidades forem aparecendo e, posteriormente, após a concretização desse compromisso, deve haver a institucionalização perpassando desde o conhecimento e aprovação do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente até a aprovação em esfera municipal de uma lei, que assegure a parte orçamentária para os moldes da lei.

Para mais, no que se refere às características internas, estas direcionam-se para dimensões éticas, políticas, científicas e técnicas, as quais, em suas particularidades denotam o compromisso dos profissionais, atores, governo municipal e a busca por profissionais capacitados que se comprometam em procurar uma melhor implementação do plano de modo a conseguir boas experiências e êxito na execução do que for definido, sempre almejando o desenvolvimento e fortalecimento do plano, de modo a garantir os direitos da primeira infância.

Marcados por características externas e internas, este tem por objetivo abranger os direitos das crianças na primeira infância, contemplando além dos direitos que já são assegurados, de modo a garantir a convivência familiar, saúde mental, o brincar, ter brinquedos e espaço, certidão de nascimento, dentre vários outros.

Para isso, é necessário compreender que quanto mais sujeitos juntamente com as instituições governamentais participarem da elaboração do plano, estima-se que mais fácil será o desempenho de suas funções para alcançar o que se almeja.

Trata-se de um plano de caráter governamental, que envolve sociedade, poder legislativo, Gestores e partidos políticos. Com durabilidade de 10 anos, exige dos gestores adaptações ao longo dessa trajetória, conforme as demandas irão aparecendo. Para mais, sua legitimidade dá-se após o compromisso assumido por estes, com aprovação no Conselho

Municipal da Criança e do Adolescente, assim como a Criação da lei municipal que garanta orçamento municipal para que esse esteja presente na Lei Orçamentária Anual (LOA).

As dimensões política, ética, científica e técnica reforçam diversos pontos imprescindíveis para o bom funcionamento do plano, que vai desde a responsabilidade dos atores e profissionais envolvidos até o compromisso assumido pela Gestão Municipal, com a busca por profissionais com capacidade técnica na área, baseando-se em referências de experiências que já vem dando certo, a fim de melhorar a qualidade de vida das crianças e suas famílias, com atendimento qualificado e assegurando total apoio.

Para além dessas dimensões, é válido salientar que o Plano Municipal visa não somente cumprir o que é determinado, mas ir adiante no que diz respeito ao cuidado e zelo com a criança, para que esse período seja marcado por vínculos de cuidado, de respeito e de afetividade, possibilitando torná-los adultos com potencial variado nos mais diversos âmbitos da vida.

## **6.2 A proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes e o Controle Social**

O Estatuto da Criança e do Adolescente infere-se nesse contexto, pois este reforça a necessidade de compreender e assegurar as garantias das crianças, propondo, por exemplo, a concepção de que a criança e o adolescente são cidadãos e sujeitos de pleno direito, portanto, merecem ser respeitados e tratados com igualdade.

Além disso, levam em consideração o que é colocado no Art.227 da Constituição em relação ao atendimento dos direitos das crianças e adolescentes, destacando a descentralização, que responsabiliza o governo municipal, as comunidades e os órgãos não-governamentais o atendimento aos direitos desse grupo, ocorrendo em articulação com a União e os estados.

Sendo assim: “A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.” (ECA,1990, Art,86).

Ademais, é válido salientar que o Plano é constituído por indicadores de saúde, educação e assistência social, no qual se é feito um acompanhamento desde o pré-natal, gestação, parto e puerpério até os 6 anos e uma análise se a criança tem alguma deficiência e



como está a gestão do serviço de saúde.

Os indicadores da educação infantil evidenciam o número de professores, número médio de alunos em creche, quantas instituições ofertam merenda e quantas têm atendimento integral e se os com alguma necessidade especial estão inseridos. Além do mais, quantifica os técnicos com especialização em Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o tempo livre destinado às crianças.

De acordo com o Plano Municipal da Primeira Infância de Caridade, estima-se que do orçamento municipal foi destinado R\$226.000 reais para ações voltadas à primeira infância, o que é de fundamental relevância para o desenvolvimento das crianças, uma vez que investir nesse grupo é buscar uma sociedade mais justa.

Ademais, analisando a divisão administrativa, nessa fase da primeira infância, o município contava com uma população de 1.252 com idade entre 0 e 4 anos, reafirmando o quanto o número é expressivo e necessita um olhar atento dos gestores para com esta fase.

Nesse contexto, é fundamental abordar e apontar quais órgãos de defesa e controle social voltados à primeira infância existem no município, a fim de vislumbrar pontos positivos e negativos, sendo este último possível de propiciar viáveis soluções a partir do que for identificado. Sendo assim, os exemplos existentes são: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar, Promotoria de Justiça e Ouvidoria.

Para mais, é válido destacar que dentro dos Eixos Estratégicos apresentados no documento do Plano, enfatizam-se pontos que despertam a atenção para algumas dificuldades encontradas que vão desde a descontinuidade da oferta de recursos materiais e humanos para fortalecer o desenvolvimento da criança até a descontinuidade de serviço de programas ofertados a atenção básica, ou seja, problemas que necessitam de um olhar mais cuidadoso para solucioná-lo, como garantir uma educação continuada, oferta de profissionais e mobilização de recursos para a implementação eficaz do programa.

Nessa conjuntura, ao longo do trabalho, na área da educação, relatou-se um problema, no eixo Tempo de Aprender, com o CEI, que é visualizado no Plano, isto é, a não oferta significativa de recursos educacionais em creches e pré-escolas do município, em que há muitas crianças, mas falta espaço e recursos financeiros suficientes para permitir a ampliação.

Para mais, a informação precisa ser mais disseminada, com o intuito de expandir o conhecimento desse assunto, despertando até a conscientização da sociedade sobre seu papel, haja vista que, na parte da saúde, identifica-se uma dificuldade e esta inclui gestantes, as quais também já estão relacionadas na primeira infância, e o problema é a baixa adesão ao acompanhamento de pré-natal e exames de rotina, o que é prejudicial, e necessita de medidas alternativas desde a contratação de profissionais capacitados até orientação sobre a relevância desses cuidados para o bebê.

Portanto, visualizou-se que este Plano contempla indicadores, características internas e externas e eixos estratégicos, a fim de assegurar a garantia dos direitos da criança e denota a necessária atenção por parte dos gestores e atores sociais, a fim de estarem aptos a desempenharem a identificação de problemas e de viáveis soluções, para que este possa ser efetivo durante sua vigência.

## 7 ANÁLISES DAS ENTREVISTAS

No âmbito das políticas públicas, fortalecer ações voltadas à primeira infância é de extrema relevância, desse modo, esse estudo busca apresentar quais as contribuições consideradas pelos técnicos e beneficiários do Programa Mais Infância, de acordo com a visão de cada um.

Sendo assim, através de questionário realizado com alguns responsáveis pelas crianças de 0 a 5 anos e 11 meses no município de Caridade, identificou-se um perfil muito recorrente e que de certo modo direciona para respostas sempre muito voltadas para o mesmo intuito. Isto é, dentro do perfil estudado, as famílias são beneficiárias de outros programas sociais, do público-alvo abordado, 100% recebe o benefício do Bolsa Família, evidenciando a situação de vulnerabilidade em que se encontram e da necessidade desse complemento para a renda e para propiciar melhorias na vida da família.

Além disso, é válido salientar que a supervisão dessas famílias seja nesse estudo seja no monitoramento feito pelos técnicos do CRAS, agentes sociais etc., são primordiais, tendo em vista que buscam garantir a essas famílias o acesso e conhecimento sobre as políticas públicas que o Estado dispõe, não somente voltando o foco para a transferência de renda.

Nesse contexto, os principais responsáveis pelo público infantil são os pais, com destaque para as mães que em 58,13% das respostas era a principal responsável pelo cuidado com a criança. Desse modo, é importante destacar que o grau de instrução do cuidador principal praticamente variou com pouca oscilação, dividindo-se entre Ensino Fundamental (I e II) incompleto ou completo (1º ao 9º ano) e Ensino Médio incompleto ou completo.

Ainda pode-se inferir que visualizar esse perfil apresentado faz com que se tenha um conhecimento melhor sobre o responsável dessa família, com dados que permitem fazer análises e trazer resultados principalmente para os gestores com o intuito de que eles conheçam essas famílias vulneráveis.

Outrossim, retomando o olhar para a criança, foi possível identificar com os questionários que estas tinham acesso ao sistema de saúde municipal, com visitas da agente de saúde e recebiam atendimentos em seus Postos de Saúde da Família (PSF's), estando com calendário de vacinação em dia, possuindo sua Caderneta de Vacinação. E, para além da saúde, pode-se observar que o acesso à educação no município também propicia a essas crianças, a partir do momento que elas vão para as creches ou para o próprio CEI, que está presente no

município, como abordado no estudo, um total apoio e suporte para promover seu desenvolvimento.

Dessa forma, no que se refere a questão de acesso à estrutura identificou-se que, como o público-alvo variou em relação às localidades (distritos), nem todos responderam que os filhos utilizavam o espaço da Brinquedopraça, a qual está presente somente na Sede do município, sendo este um dos equipamentos do Programa Mais Infância, no Pilar Tempo de Brincar, o qual tem por objetivo aprimorar a capacidade motora e cognitiva dos usuários a partir da utilização dos brinquedos presentes.

Nesse sentido, foi indagado sobre as contribuições do programa Mais Infância e a resposta unânime foi de que ele ajudava no desenvolvimento dos filhos, além de que, para alguns que conseguiram elencar mais contribuições, estes diziam que viam nessa política do Estado um cuidado com as crianças, que elas recebiam as visitadoras do programa Criança Feliz, as quais facilitam o acesso das crianças na primeira infância e suas famílias às políticas e aos serviços públicos que necessitam.

Outra pergunta que teve uma resposta de 100% foi que com as ações do programa, como Brinquedopraça, Cartão Mais Infância e Criança Feliz, eles perceberam mudanças na rotina da família e de fato, realmente todo esse aparato que é dado, permite o fortalecimento de vínculos, de descrição e de visualização dos indicadores pesquisados, permitindo aos gestores a possibilidade de fomentar políticas públicas mais assertivas e eficientes.

Desta maneira, a maioria das famílias avaliam as ações do Programa como ótimas e destacam, por exemplo, a importância das visitas domiciliares para o fortalecimento de vínculos, o que é de extrema pertinência, levando em conta que faz parte do Pilar Tempo de Crescer, reforçando as parcerias intersetoriais, as quais permitem acompanhar o andamento do Mais Infância Ceará, através do Programa Criança Feliz, denotando a Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

É válido destacar que, conforme a visualização de fichas de acompanhamento das visitas em relação ao Programa Criança Feliz, é feito uma análise por parte da supervisora juntamente com os responsáveis pelas crianças, com o intuito de visualizar se os objetivos do programa estão sendo cumpridos, se promove o desenvolvimento humano, apoia as famílias, fortalece vínculos e media os serviços. Nesse momento também é avaliado as visitadoras, a realização das atividades, como elas os orientam, a clareza com que é feita a visita e se elas demonstram afetividade.

Desse modo, dentre as variadas contribuições do programa, é possível identificar que esse contato das visitadoras com a criança e a família permite um momento de interação e de

troca de conhecimento de modo a orientá-los sobre o carecimento de um olhar mais atento e cuidadoso com a criança, de conversas, de brincadeiras, de passeios e de contação de histórias, a título de exemplo.

Ao longo do estudo, com base nos questionários com beneficiários e técnicos do programa, observou-se vários pontos a serem avaliados em busca de soluções eficazes. Para os técnicos, a título de exemplo, sobre a transferência de renda por meio do auxílio mensal do Cartão Mais Infância com informações fornecidas pelo Banco de Dados do Cadastro Único, os técnicos ponderam que as informações obtidas, na maioria das vezes, não condizem com a realidade da família, já que é auto declaratória, considerando também que o critério de escolha para definir o público do programa são insuficientes e falhos, já que são as próprias famílias que declaram a situação familiar.

Entretanto, embora os questionários com os beneficiários tenham se obtido respostas sobre a visão destes relacionadas ao programa, para os técnicos do CRAS, a maioria das famílias desconhecem os critérios e a finalidade deste, o que é prejudicial para o desenvolvimento da criança.

Para mais, na vida dos beneficiários, a visão que os técnicos apresentam é que além da ajuda financeira para a família, o Programa Mais Infância fortalece os vínculos familiares e o desenvolvimento integral da criança e a aplicação deste no município traz inúmeros benefícios às famílias, que vão desde a construção de equipamentos, ajuda financeira até o acompanhamento.

Outrossim, um ponto mencionado foi sobre as visitas domiciliares, as quais são bastante necessárias e como, os próprios técnicos relatam, em conformidade a boa execução do programa o efeito destas favorecem a aproximação entre os serviços públicos e o público do programa, o qual envolve gestantes, crianças de 0 a 3 anos beneficiárias do Bolsa Família e até os 06 anos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Portanto, a intersetorialidade proposta pelo Programa propicia estratégias inovadoras para fortalecer o cuidado integrado das crianças e a promoção de seu desenvolvimento sustentável em todos seus aspectos, a fim de propor a formulação de políticas e diretrizes com enfoque para o progresso infantil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentado buscou propiciar uma análise do Programa Mais Infância na visão dos técnicos do CRAS e beneficiários do programa, no município de Caridade, com o objetivo de analisar as contribuições deste, verificar a aplicabilidade deste e seus eixos para beneficiários, delimitar a partir da visão dos técnicos as contribuições e identificar os problemas que interferem sua eficiência, por meio da aplicação de questionários e entrevistas foi possível obter esses dados voltados ao público alvo do programa.

Com esse intuito, buscou-se ao longo do trabalho, compreender o Programa Mais Infância, seus eixos e a necessidade de voltar o olhar para esses anos iniciais e, em especial, para o território de Caridade, justificando esse recorte. Além disso, o Programa foi estudado cuidadosamente, desde seus eixos até os objetivos de cada um, de modo a contribuir com sua implementação, para, posteriormente, serem apresentados os resultados da pesquisa.

A obtenção da coleta de informações dos beneficiários passou por algumas dificuldades em sua execução com os beneficiários, por exemplo, uma vez que obter informações para analisá-las também foi dificultoso, nem todos quiseram responder as perguntas e, devido, a carência desse público, nem todos conseguiram respondê-las plenamente e de forma direta.

No entanto, isso não foi fator de empecilho para a compreensão da pesquisa, como também, utilizando-se do conteúdo teórico como base foi plausível considerar a visão dos participantes da pesquisa, comparando como é o Programa na teoria e como de fato é na prática.

Nessa conjuntura, tomando por base os resultados adquiridos, conclui-se que, mesmo elencando as contribuições na visão dos técnicos e dos beneficiários do programa Mais Infância no município de Caridade, algumas observações foram pautadas.

Os dois pontos levantados como observação foi a questão auto declaratória das informações, o que é prejudicial, pois nem sempre é possível comprovar a veracidade do que é fornecido, já que é a própria família que declara a situação familiar e não um responsável do governo que fiscaliza e averiguar esses dados, gerando, assim, o questionamento se realmente o público-alvo está sendo beneficiado. Aliás, algumas famílias ainda desconhecem os critérios, a finalidade do programa e a maneira que este impacta diretamente em suas vidas.

Isto posto, frente a toda a questão de fiscalização e averiguação das informações quanto a sua veracidade, faz-se imprescindível por parte do Estado, reformular alguns critérios do Programa Mais Infância, por meio não somente do cruzamento de dados, mas, através de

visitas técnicas, por funcionários do Estado, a fim de visualizar se nos municípios as famílias cadastradas realmente se encaixam na realidade de beneficiárias do programa.

Para mais, é de grande importância que haja uma maior conscientização e transposição de conhecimento, por meio de ações, que busquem de fato abordar para as famílias, pais e/ou responsáveis sobre o que de fato o Programa Mais Infância como um todo busca fazer na vida dessas famílias para promover o desenvolvimento integral da criança.

Outrossim, é válido destacar sobre a experiência da atuação no setor público, em nível municipal, como o fortalecimento e a experiência prática de todo o percurso cursado na graduação de Gestão de Políticas Públicas, a qual permitiu compreender sobre como de fato dá-se a formação das políticas públicas, por isso a necessidade de formar gestores capacitados e aptos a desempenhar esse papel, com um olhar sensível e apurado, a fim de identificar um problema social e ir em busca de solucioná-lo.

Destarte, a busca pelo conhecimento está em constante movimento, porém, é válido mencionar que a intersetorialidade sempre muito clara e notória durante o curso, favoreceu uma gama diversa de assuntos pertinentes para a formação de um bom gestor público, o que de fato foi percebido no período de atuação diária no trabalho no município de Caridade.

Assim, a própria temática deste estudo tem certo vínculo com a área de atuação na Secretaria de Esportes, tanto pelo público, que tem direcionamento para a área infantil, das crianças, quanto para a promoção do desenvolvimento, principalmente em contextos de vulnerabilidade social, o que é a base da formação e identificação da necessidade de políticas públicas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Aline. **Parâmetros para a promoção da qualidade e equidade da educação infantil cearense**. Fortaleza: SEDUC, 2021.

ARAÚJO, LUÍSA; RODRIGUES, MARIA DE LURDES. **Modelos de análises das políticas públicas**. Mundos Sociais: 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) . Acesso em: 10 out. 2022.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil : pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação**. Brasília : MEC, SEB, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfpolit2006.pdf> .Acesso em: 17 out. 2023

BRISOLA, E. M. A.; MARCONDES, N. A. V. **A História oral enquanto metodologia dentro do universo da pesquisa qualitativa: um foco a partir da análise por triangulação de métodos**. Revista Ciências Humanas, [S. l.], v. 4, n. 1, 2012. DOI: 10.32813/2179-1120.2011.v4.n1.a9. Disponível em: <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/9>. Acesso em: 22 out. 2023.

CEARÁ. Lei nº17.380, de 05 de janeiro de 2021. **Consolida e atualiza a Legislação do Programa Mais Infância Ceará, para a superação da extrema pobreza e a promoção do desenvolvimento infantil**. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ce/lei-ordinaria-n-17380-2021-ceara-consolida-e-atualiza-a-legislacao-do-programa-mais-infancia-ceara-para-a-superacao-da-extrema-pobreza-e-a-promocao-do-desenvolvimento-infantil> . Acesso em: 10 out. 2022.

CEARÁ. Decreto nº34.117, de 24 de junho de 2021. **Altera o decreto nº 33.905 de 27 de janeiro de 2021, que dispõe sobre o Cartão Mais Infância Ceará –CMIC**. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ce/decreto-n-34117-2021-ceara-altera-o-decreto-n-33905-de-27-de-janeiro-de-2021-que-dispoe-sobre-o-cartao-mais-infancia-ceara-cmic> . Acesso em: 10 out. 2022.

CIDADES. **Regiões de planejamento do Estado do Ceará**. Disponível em: [https://www.cidades.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/12/2018/02/regioes\\_planejamento\\_mapa.pdf](https://www.cidades.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/12/2018/02/regioes_planejamento_mapa.pdf) . Acesso em: 21 out. 2023.



COMITÊ CIENTÍFICO DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA (2014). **Estudo nº 1: O Impacto do Desenvolvimento na Primeira Infância sobre a Aprendizagem**. Disponível em: <http://www.ncpi.org.br>. Acesso em: 17 out. 2023.

CONANDA. **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar: orientações para criação e funcionamento**. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente-CONANDA,2007.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Santo Antônio sem cabeça desperta atenção inspirando livro e filme**. DIÁRIO DO NORDESTE, 2022. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/verso/santo-antonio-sem-cabeca-no-interior-do-ceara-desperta-atencao-inspirando-livro-e-filme-1.3242373> . Acesso em: 21 out. 2023.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Ceará: Universidade Estadual do Ceará, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas S/A, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOVERNO DO CEARÁ. **Mais Infância Ceará. Conheça os benefícios do cartão mais infância**. Secretaria de Proteção Social:2022. Disponível em: <https://spssocial.sps.ce.gov.br/cartao-cmic#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20o%20Cart%C3%A3o,atendam%20aos%20crit%C3%A9rios%20do%20programa>. Acesso em: 10 out.2022.

GOVERNO DO CEARÁ. **Big Data Social: Plataforma Analítica da Proteção Social do Ceará**. Disponível em: <https://bigdatasocial.irislab.ce.gov.br/analiticos/auxilios/cartao-mais-infancia>. Acesso em: 09 out. 2022.

GOVERNO DO CEARÁ. **Big Data Social: Plataforma Analítica da Proteção Social do Ceará**. Disponível em: <https://bigdatasocial.irislab.ce.gov.br/analiticos/auxilios/visitas-domiciliares>. Acesso em: 09 out. 2022.

HECKMAN, James J. **Investir no desenvolvimento na primeira infância: reduzir déficits, fortalecer a economia**. Disponível em: [https://heckmanequation.org/wp-content/uploads/2017/01/D\\_Heckman\\_FMCSV\\_ReduceDeficit\\_012215.pdf](https://heckmanequation.org/wp-content/uploads/2017/01/D_Heckman_FMCSV_ReduceDeficit_012215.pdf) . Acesso em: 30 out. 2023.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância: da idade média à época contemporânea no Ocidente**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

IDACE. **Caridade comemora 61 anos de emancipação política com entrega de títulos de terra.** IDACE,2019. Disponível em: <https://www.idace.ce.gov.br/2019/08/05/caridade-comemora-61-anos-de-emancipacao-politica-com-entrega-de-titulos-da-terra/> . Acesso em: 21 out. 2023.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama Caridade 2022.** Rio de Janeiro: IBGE,2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/caridade/panorama>. Acesso em: 21 out. 2023.

JUSBRASIL. **Artigo 86 da Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990.** Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10608435/artigo-86-da-lei-n-8069-de-13-de-julho-de-1990> . Acesso em: 17 nov. de 2022.

LDB. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei\\_de\\_diretrizes\\_e\\_bases\\_1ed.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf). Acesso: 10 out. 2022.

LINS, Heloísa. **Democracia e participação das infâncias e juventudes no Brasil: cidadanias mutiladas.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Editora Atlas, 2010.

MARTINS JUNIOR, Joaquim. **Como escrever trabalhos de conclusão de curso: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos.** Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

MINAYO, M. C. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2002.

MINAYO, M. C. de S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta In. MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F. GOMES, R. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 28<sup>a</sup>. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

NASSER, Ana Cristina. **A pesquisa qualitativa Enfoques epistemológicos e metodológicos.** Rio de Janeiro: Vozes,2008.

OPINIAOCE. **Município de Caridade ganhará Santo Antônio com cabeça.** OPNIAO,2022. Disponível em: <https://www.opiniaoce.com.br/municipio-de-caridade-ganhara-santo-antonio-com-cabeca/> . Acesso em 21 out. 2023.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, NJ.: Chatlam House. 1986.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE. **CEI de Campos Belos**. Disponível em: <https://www.facebook.com/prefeituradecaridadece/posts/pfbid0x8NzBPvBHzmm3UUg93Roqjf3wbnorDbX8nTdYgbypYCV8BHr16NhQMyygSrEivl>. Acesso em: 13 out. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE. **Plano Municipal da Primeira Infância de Caridade 2022/2032**. Disponível em: <file:///C:/Users/ENJOY/Downloads/PLANO%20MUNICIPAL%20DA%20PRIMEIRA%20INFANCIA%202022-2032.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

RIBAS, Fábio Junior. **Conhecer para transformar: guia para diagnóstico e planejamento da política municipal de proteção integral das crianças e adolescentes**. São Paulo: Fundação Telefônica, 2011.

SANTANA, Onélia Maria Moreira Leite de. **Mais Infância Ceará: De programa à política pública permanente**. Fortaleza: SEDUC, 2022.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, Casos Práticos, Questões de Concursos**. São Paulo: Cengage, 2019.

SEDUC. **Parâmetros para a promoção da qualidade e equidade da educação infantil cearense 2021**. Disponível em: [https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2021/10/parametros\\_ed\\_infantil\\_digital-1.pdf](https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2021/10/parametros_ed_infantil_digital-1.pdf). Acesso em: 17 out. 2023.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão de literatura**. Porto Alegre: Sociologias, 2006.

TRONCO, Giordano B. **O guia de políticas públicas para estudantes e gestores**. Porto Alegre: Jacarta Produções, 2018.

VEJA. **James Heckman e a importância da educação infantil**. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/revista-veja/james-heckman-nobel-desafios-primeira-infancia#:~:text=Um%20bom%20programa%20de%20primeira,para%20a%20supera%C3%A7%C3%A3o%20da%20pobreza>. Acesso em: 17 out. 20223.

## **ANEXO 1- Entrevista com os técnicos do CRAS do município de Caridade**

1. Na sua visão, quais as contribuições do programa Mais Infância na vida dos beneficiários?
2. Como você analisa a aplicação do Programa no município?
3. O auxílio mensal de transferência de renda do cartão Mais Infância identifica os beneficiários a partir de informações fornecidas pelo Banco de Dados do Cadastro Único. Como você pondera sobre a utilização dessas informações?
4. Como você avalia o parâmetro adotado para definir o público do programa?
5. Qual efeito das visitas domiciliares para a boa execução do programa?
6. Na sua avaliação, os beneficiários conhecem realmente sobre o programa?
7. Quais as potencialidades e fragilidades do Programa Mais Infância?

**Anexo 2- Questionário com alguns beneficiários do Programa Mais Infância no município de Caridade**

1. Você recebe outros benefícios de transferência de renda? Se sim, quais?
2. Quem é o cuidador principal do(a) criança?
3. Qual o grau de instrução do cuidador principal?
4. Você é assistido pela política de Educação e Saúde?
5. Seu filho(a) utiliza espaços do Programa Mais Infância, como a Brinquedopraça?
6. Quais as contribuições do Programa Mais Infância para você?
7. Com as ações do Programa como brinquedopraça, Cartão Mais Infância, dentre outros, você percebeu mudanças na rotina da sua família?
8. Você é satisfeita com o Programa Mais Infância?